

**PROJETO DE LEI Nº 029/2025**

**AUTOR/SIGNATÁRIO**

**Vereador João de Deus  
Pereira Partido dos  
Trabalhadores**

**EMENTA**

“Dispõe sobre a transparência na divulgação das vagas, matrículas, lista de espera e demais informações referentes ao processo de ingresso de estudantes na Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina, e dá outras providências.

..”

**TEXTO**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA, Estado do Piauí,**

**Faço saber que o Plenário da Câmara Municipal de Teresina aprovou e eu, sanciono a seguinte Lei**

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a divulgar, em plataforma digital oficial de livre acesso ao público, todas as informações referentes ao processo de oferta de vagas, matrículas, rematrículas e lista de espera das escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina, em consonância com os princípios da publicidade e eficiência administrativa previstos no art. 37 da Constituição Federal.

**Art. 2º.** A plataforma digital deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a divulgar, em plataforma digital oficial de livre acesso ao público, todas as informações referentes ao processo de oferta de vagas, matrículas, rematrículas e lista de espera das escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina, em consonância com os princípios da publicidade e eficiência administrativa previstos no art. 37 da Constituição Federal.

**Art. 3º:** As informações previstas nesta Lei deverão ser apresentadas de forma clara, acessível e padronizada, permitindo visualização intuitiva e inclusão de tabelas e

**PALÁCIO SENADOR CHAGAS RODRIGUES  
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA**

Av. Marechal Castelo Branco, 625 - Cabral



Autenticar documento em <http://www.spionline.com.br/cmteresina/autenticidade>  
com o identificador 330033003400520035003400540052004100, Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

relatórios,

conforme o disposto na Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei Federal nº 12.527/2011).

**Art. 4º.** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário

Câmara Municipal de Teresina (PI), 30 de Novembro de 2025.



João Pereira

Vereador - Partido dos Trabalhadores



## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei busca fortalecer a **transparência**, o **controle social** e a **segurança jurídica** no processo de ingresso de estudantes na Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina.

A proposta fundamenta-se diretamente nos seguintes dispositivos legais:

### 1. Constituição Federal (art. 37)

Estabelece os princípios da Administração Pública:

- publicidade,
- eficiência,
- moralidade,
- legalidade,
- impessoalidade.

A divulgação clara de vagas, matrículas e listas de espera atende diretamente ao princípio da **publicidade** e permite maior controle da população sobre atos administrativos.

### 2. Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei 12.527/2011)

A LAI determina que órgãos públicos devem garantir **transparência ativa**, disponibilizando informações de interesse coletivo independentemente de solicitações individuais. A publicação das vagas e matrículas se encaixa nessa obrigação.

### 3. Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei 13.709/2018)

A LGPD protege informações pessoais, especialmente dados sensíveis de crianças e adolescentes. Por isso o projeto determina a **anonimização parcial** (iniciais + código), preservando a transparência sem violar privacidade.

### 4. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 9.394/1996)

A LDB determina que os sistemas de ensino adotem critérios claros, públicos e objetivos para acesso às vagas na educação básica.

### 5. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/1990)

Garante prioridade absoluta à educação e determina transparência e controle social na oferta de serviços públicos.





RESPOSTA OFICIO Nº. 116/2025/AJL-CMT

Teresina (PI), 03 de Fevereiro de 2026

**PARA:**

ASSESSORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

**ASSUNTO:**

ACATAMENTO DE SUGESTÕES AO PL 314/2025

Prezados,

Venho, por meio deste, **RESPONDER** o ofício referente ao **Projeto de Lei nº 314/2025**, que trata sobre a transparência na divulgação das vagas, matrículas, lista de espera e demais informações referentes ao processo de ingresso de estudantes na Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina, ao tempo em que acato as sugestões de alterações, encaminhando o projeto de Lei já devidamente alterado, nos seguintes termos:

**EMENTA:** Dispõe sobre a transparência na divulgação das vagas, matrículas, lista de espera e demais informações referentes ao processo de ingresso de estudantes na Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina, e dá outras providências.

**TEXTO**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA**, Estado do Piauí,

Faço saber que o Plenário da Câmara Municipal de Teresina aprovou e, eu, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a divulgar, em plataforma digital oficial de livre acesso ao público, todas as informações referentes ao processo de oferta de vagas, matrículas, rematrículas e lista de espera das escolas da Rede Pública Municipal de

**PALÁCIO SENADOR CHAGAS RODRIGUES**

**CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA**

Av. Marechal Castelo Branco, 625 - Cabral



Ensino de Teresina, em consonância com os princípios da publicidade e eficiência administrativa previstos no art. 37 da Constituição Federal.

**Art. 2º.** A plataforma digital deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a divulgar, em plataforma digital oficial de livre acesso ao público, todas as informações referentes ao processo de oferta de vagas, matrículas, rematrículas e lista de espera das escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina, em consonância com os princípios da publicidade e eficiência administrativa previstos no art. 37 da Constituição Federal.

**Art. 3º.** As informações previstas nesta Lei deverão ser apresentadas de forma clara, acessível e padronizada, permitindo visualização intuitiva e inclusão de tabelas e relatórios, conforme o disposto na Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei Federal nº 12.527/2011).


**Art. 4º.** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário

Sendo o que tínhamos para o momento, receba nossos protestos de consideração, estima e apreço.

Atenciosamente,

  
JOÃO PEREIRA  
VEREADOR-PT

